

## ***DEMOCRACIA E ECONOMIA***

---

**HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS\***  
*Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas*

Em curto e médio prazos o regime democrático não corre riscos no Brasil. Executivo, Legislativo e Judiciário absorvem com desenvoltura os desdobramentos das graves dificuldades econômicas e sociais. Mas, a longo prazo, o regime democrático poderá ser enfraquecido por falta de apoio popular. No Brasil existem menos pessoas que apóiam o regime democrático do que na média da América Latina. Dos 18 países avaliados pelo Relatório sobre Democracia na América Latina, divulgado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil está em 15º lugar em relação à população considerada democrata. Ou seja, aquela parcela de indivíduos que julga imprescindível a prevalência da democracia.

Para os que acham essas avaliações supérfluas e irrelevantes, recomende-se a evocação das lições da História. Em 1945, após quase uma década de ditadura e anos de turbulência institucional, o Brasil adentrou em um período de democracia. Mas apenas 19 anos depois, um conjunto de instabilidade resultou no movimento militar de 31 de março de 1964 e em 20 anos de governos autoritários.

É preciso, portanto, atribuir a essas avaliações a importância que elas realmente têm.

A terminologia empregada para noticiar os resultados da pesquisa é imprópria. Diz que “27% dos brasileiros são contrários aos princípios democráticos”. Talvez fosse mais correto afirmar que “27% dos brasileiros julgam que não receberam benefício algum com o exercício da democracia”.

Segundo o documento do Pnud, “democratas são aqueles que têm uma atitude permanentemente positiva em relação à democracia em todos os três aspectos estudados: apoio às instituições representativas, apoio à democracia como sistema de governo e apoio às limitações ao poder do presidente”.

Dados sobre dificuldades econômicas e sociais da população brasileira ajudam a entender a indiferença e até a hostilidade da população com relação às instituições democráticas. Os miseráveis no país somam 33% da população e têm renda mensal abaixo de R\$ 79,00. O cálculo consta do “Mapa do Fim da Fome”, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, FGV, do Rio de Janeiro. O estudo detalha as condições sócio-econômicas e mostra que a pobreza agora se espalhou pelas grandes cidades, enquanto na década anterior estava concentrada nas periferias.

Quem vive na miséria não tem motivos para aplaudir o regime democrático. Não tem nem um mínimo de condições psicológicas para avaliar os prós-e-contras das modalidades institucionais.

É também indivíduo profundamente vulnerável às tentações do crime, como opção para ganhar o sustento, já que as alternativas legais lhe são negadas pelas estruturas econômicas.

Essa é uma das conclusões da pesquisa do Pnud, sobre as quais devem se debruçar todos aqueles que têm uma parcela de responsabilidade na condução dos destinos do país.

Agora, como em nenhuma outra ocasião na história do Brasil, impõe-se um esforço para aumentar a atividade econômica, gerar empregos e aperfeiçoar os instrumentos de compensação social.

O destino de um terço da população está em jogo.

Democracia e economia apresentam traços comuns, desde que busquem a paz dos homens, com mais desenvolvimento e justiça, ensejando, assim, minimizar a gritante exclusão social.